

GRÊMIOS ESTUDANTIS: A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS POLÍTICOS NO AMBIENTE ESCOLAR

Students body: a construction of political spaces in the school environment

Caio Perdomo de Oliveira*

Tatiana Lemos dos Santos Borges **

* Professor de geografia. Mestrando em Geografia no PPGG – UFRJ – caio.perdomo@gmail.com

** Professora de geografia. Mestre em Geografia no PPGG – UFRJ – tatilemosb@gmail.com

Recebido em 14/08/2018. Aceito para publicação em 20/08/2018.

Versão online publicada em 03/09/2018 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>)

Resumo:

Este artigo tem como objetivo explorar o espaço dos grêmios estudantis como espaços políticos, aqueles que são espaços do exercício prático da política e, dessa forma, o qualificam de modo específico o espaço. Entendemos a escola como um espaço experimental do exercício democrático demasiado importante, vide que o espaço escolar não é apenas um local de socialização, mas sim um ator na construção da escolarização e o grêmio estudantil é o ente representativo do corpo discente nesse processo. O recorte de análise escolhido é o Colégio Pedro II, pois, é uma das instituições de ensino mais antigas do Rio de Janeiro, onde há grêmios consolidados. Como metodologia foi feito um levantamento do estatuto da instituição, além de entrevistas com alunos dos campi Centro, Tijuca e Humaitá, a fim de traçar um comparativo.

Palavras-chave: Espaço escolar; democracia; protagonismo juvenil.

Abstract:

This article aims at exploring the space of the student body as political spaces, those that are spaces of the practical exercise of politics and, in this way, they specifically qualify the space. We understand the school as an experimental space of democratic exercise too important, considering that the school space is not only a place of socialization, but an actor building education and the student body is the representative entity of the student body in this process. The analysis chosen is Pedro II College, because it is one of the oldest educational institutions in Rio de Janeiro. As methodology was done a survey of the statute of the institution, in addition to interviews with students from the campuses Centro, Tijuca and Humaitá, in order to draw a comparison.

Key-words: School space; democracy; youth protagonism.

1. Introdução

Este artigo é o resultado realizado ao longo do levantamento de dados e as discussões introdutórias feitas pelo autor ao longo de ano de 2016, para desenvolver um projeto que foi submetido ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Estando vinculado ao projeto “Espacialidade da democracia. Identificação e análise de novos espaços políticos no Brasil”, sob coordenação da professora Dr.^a Iná Elias de Castro.

Entendendo que a escola é um espaço de importância singular na formação de cidadãos democráticos, tonando-se um agente diferenciado na consolidação e no funcionamento desses espaços. Como afirma Costa (2001), quanto à atuação dos educandos nos grêmios: “o jovem vai atuar, para, em algum momento de seu futuro, posicionar-se politicamente de forma mais amadurecida e lúcida, com base não só em ideias, mas, principalmente, em suas experiências (práticas e vivências) concretas em

face da realidade.” (COSTA, *op cit.*, p.26).

O presente artigo visa fazer uma análise daquele que, neste trabalho, considerou-se como o espaço deliberativo por excelência dos estudantes dentro da escola: **os grêmios**. Por serem os espaços da escola que participam diretamente na formação política dos educandos. Foi entendido que os grêmios têm uma função laboratorial, visto que, corresponde a um lugar munido de instrumentos e ferramentas designado para o experimento de um exercício democrático demasiado importante, já que, que o “espaço escolar” não é apenas um local de socialização, mas sim um ator no processo de escolarização (Marques, 2009), o que Feire (2016) chama de “pedagogicidade indiscutível na materialidade do espaço” (Freire. *op. cit.* p.45).

Esse artigo está estruturado em cinco partes. A primeira é uma explicação sobre o recorte geográfico do trabalho, os motivos para a escolha do Colégio Pedro II e o método de levantamento de dados utilizados; na segunda será apresentado os dados levantados e sua análise; na terceira seção é apresentada o aporte teórico-conceitual que apresenta e discute uma pequena bibliografia a cerca do vem sendo debatido sobre gestão democrática de escolas, grêmio escolar e espaços políticos.

2 – Recorte e metodologia

Foi escolhido como recorte os grêmios do Colégio Pedro II (CPII), uma das mais antigas instituições de ensino do Rio de Janeiro (fundado em 1837). Tal instituição carrega em sua história uma tradição política, especialmente no que concerne à formação de alunos atuantes em diversos movimentos estudantis e coletivos. É sabido também que a instituição reserva em cada *campus* ao menos uma sala para o grêmio e garante em seu estatuto a participação de representantes discentes na gestão da escola¹.

A instituição de ensino conta com 14 *campi*, sendo 12 no município do Rio de Janeiro, um em Niterói e um em Duque de Caxias, ao menos um *campus* em quase todas as áreas de planejamento municipal e também de cidades da região metropolitana. Ao escolher o Colégio Pedro II como recorte é possível ter acesso a um material empírico de uma mesma instituição, logo: mesma estrutura administrativa; mesmo método de entrada do corpo discente; mesmo orçamento. Contudo, localizadas em pontos diferentes da urbe.

Como é possível observar na Figura 1 as áreas de planejamento da cidade são: AP 1: Centro (com os *campi* Centro e São Cristóvão I, II e III); AP 2: Zona Sul (com os *campi* Humaitá e Tijuca); AP 3: Zona Norte (com o *campi* Engenho Novo); AP 4: Barra-Jacarepaguá (que não possui *campi*) e AP 5: Zona Oeste (com o *campi* Realengo) e mais dois *campi* em dois municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Duque de Caxias e Niterói).

Para a realização de levantamento de dados foram realizadas uma entrevista aberta com alunos atuantes nos grêmios do CPII dos *campi* Humaitá, Tijuca e Centro – localizados nas áreas mais centralizadas e mais ricas da cidade. Esses *campi* fazem parte da parte da cidade do Rio de Janeiro com maior e melhor acesso aos equipamentos urbanos. O objetivo da entrevista foi realizar um levantamento preliminar a infra-estrutura dos grêmios e sua organização político-administrativa.

Os entrevistados são respectivamente: participante da Comissão de Administração de Externa; Relações Externas; Organização de Eventos e Eventos Culturais e Políticos e um Colaborador Externo, isto é, um aluno atuante ativamente, porém, sem estar oficialmente como parte da chapa. Os cargos ocupados pelos dois primeiros entrevistados demonstram desde já uma organização bem definida para lidar com a comunicação externa dos grêmios.

¹ Estatuto do Colégio Pedro II: “Art. 7º O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é, na forma deste Estatuto, o órgão máximo do COLÉGIO PEDRO II, tendo a seguinte composição:

[...] III - representação do corpo discente em quantidade igual a 1/3 (um terço) do número de *Campi* em funcionamento, sendo o mínimo de 2 (dois) e o máximo de 5 (cinco) representantes, após processo de consulta a seus pares;”

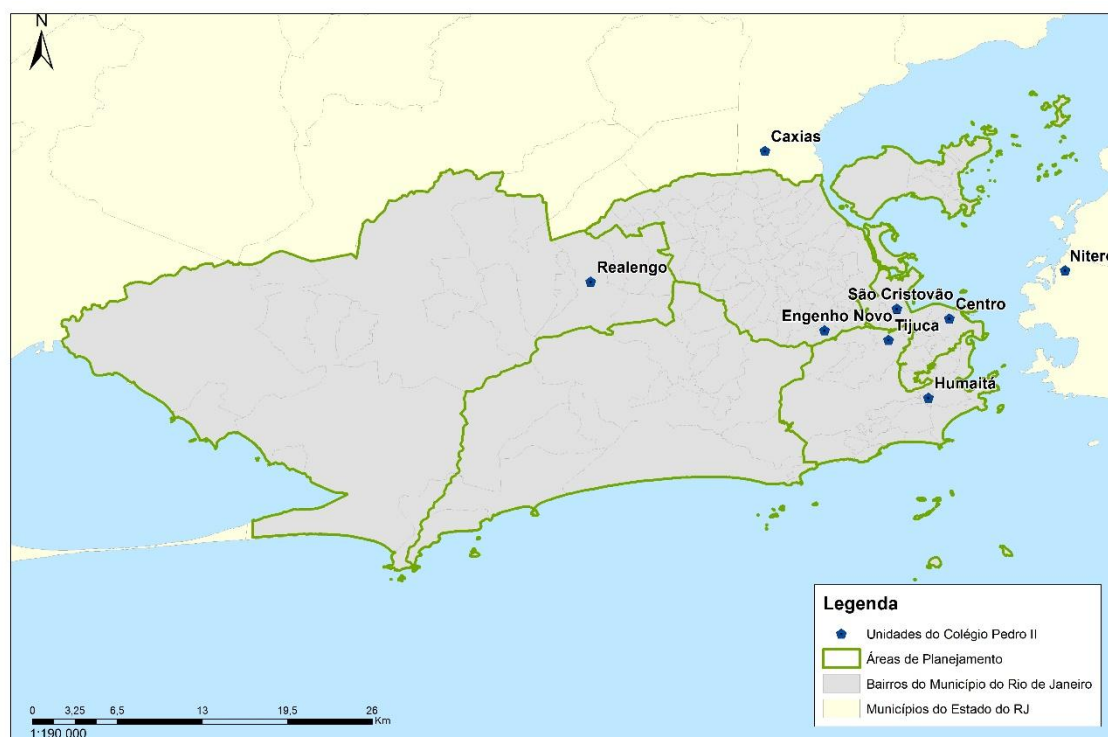


Figura 1: Campi do Colégio Pedro II na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Org.: OLIVEIRA, Caio Perdomo.

3. Resultados

A Tabela 1 demonstra como os grêmios dos *campi* entrevistados se estruturam. Foi possível identificar que nos três exemplos há uma sala separada para as atividades específicas da agremiação. O que permite um maior grau de autonomia para deliberações e assembleias, independente das influências docentes ou de outros atores da comunidade escolar.

Nos três casos há uma chapa, que foi democraticamente eleita entre os discentes. A administração é organizada apenas por uma chapa, ou seja, as eleições são majoritárias (sistema eleitoral, em que, o grupo ou candidato com que tiver maior número de votos absolutos ganha o pleito) e não proporcionais (sistema eleitoral, em que, cada chapa tem o número de vagas proporcionais à porcentagem de votos recebidas).

Tabela 1: Quadro comparativo entre os grêmios:

<i>Campi</i> dos alunos entrevistados	Possui sala específica:	Possui chapa na gestão do grêmio:	A gerência é feita só por uma chapa:
<i>Campus</i> Humaitá	X	X	X
<i>Campus</i> Tijuca	X	X	X
<i>Campus</i> Centro	X	X	X

Fonte: Entrevista com alunos atuantes nos grêmios. Org. OLIVEIRA, Caio Perdomo.

O levantamento referente as atividades foi dividido em atividades internas e externas. Ou seja, as

atividades que as agremiações realizam dentro dos muros da escola e as possíveis atividades programadas para fora dos muros do espaço escolar. A fim de compreender a dimensão das atividades realizadas por essas instituições.

As atividades internas vão desde atividades específicas de cada escola (como: organização de campeonatos esportivos, show de talentos ou mutirão de pintura da sala do grêmio ou discussão da realidade do corpo discente), até pautas mais amplas, que trazem para o espaço escolar um debate que está diretamente atrelado a agenda política nacional (como: mudança da maior idade penal ou descriminalização das drogas).

Quanto às atividades realizadas fora dos muros da escola há um engajamento político imperativo – a não ser no *campus* Tijuca, por falta de organização, segundo o entrevistado. Enquanto a agremiação do Humaitá tem afiliações a movimentos sociais com pautas em defesas de grupos oprimidos na sociedade (como: mulheres, LGBT e negros); e no Centro há organização de atos pelo direito dos estudantes (passe livre irrestrito) e intervenções nos espaços públicos, colando cartazes com pautas políticas, como: “+ escolas – cadeias” ou “redução não é solução” (referência a redução da maior idade penal).

Tabela 2: Quadro comparativo das atividades internas e externas dos grêmios

Campi dos alunos entrevistados	Atividades dentro da escola:	Atividades fora das escolas:
Campus Humaitá	• <u>Eventos</u>: campeonatos de futebol e show de talentos. • <u>Debates</u>: descriminalização das drogas, redução da maior idade penal • <u>Arrecadação</u>: alimentos (para funcionários de dentro da escola).	• Frentes auto organizadas de grupos oprimidos na sociedade (mulheres, LGBT e negros). • Campanha de agasalho no inverno.
Campus Tijuca	• <u>Debates</u>: realidade dos alunos do próprio Campus, problema de mobilização interna.	Não fazem atividades fora da escola (“falta maior participação”)
Campus Centro	• <u>Debate</u>: discussão aberta sobre diminuição da maior idade penal. • <u>Atividade</u>: pintar a sala do grêmio.	• <u>Atos</u>: passe livre irrestrito dos estudantes. • Colar cartazes pela rua (como: “+ escolas – cadeias” ou “redução não é solução”).

Fonte: Entrevista com alunos atuantes nos grêmios.

4. Quanto à gestão democrática da escola

Não é de hoje o debate sobre a gestão democrática da escola. De acordo com Oliveira (2011) esse debate foi levantado a princípio, na década de 1920 por intelectuais como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Roquete Pinto, Pascal Leme e outros que participaram da construção do movimento Educação Nova.

Durante a ditadura militar (1964 – 1985) o Ato Institucional número 5^o (AI – 5)² desarticulou os canais representativos da sociedade civil, como: sindicatos, partidos políticos e órgãos do *movimento estudantil* (Gonzalez e Moura, 2007, e Scorsoline e Moura, 2008). O movimento estudantil, que até então eram liderados principalmente pela União Nacional dos Estudantes (UNE) criada em 1937 e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) criada em 1948 (Scorsoline e Moura, 2008), foram perseguidos e ressurgiram, somente, no período de redemocratização, na década de 1980.

Somente com a abertura política que foi promulgada na Constituição Federal de 1988 que o ensino no Brasil deveria ser pautado no princípio da gestão democrática. E em 1996, na Lei de Diretrizes e Bases (LDB)³, é ressaltado que a gestão democrática da escola é um princípio básico para oferecer autonomia as instituições de ensino para gerirem as próprias peculiaridades.

Por gestão entendemos que em sentido vasto trata-se de um sinônimo de administração e suas respectivas funções práticas, como planejamento, organização, coordenação, controle e direção. Brito (1992) acrescenta que é frequente, tanto na bibliografia como em documentos governamentais que a gestão democrática do ensino está associada à participação, isto é, a descentralização do poder e de tarefas.

Dentre os principais dispositivos utilizados para a gestão democrática de uma instituição de ensino, são: escolha dos diretores, construção em conjunto com a comunidade escolar de um projeto político pedagógico, conselho escolar, associação de professores e especialistas em educação, associação de pais, conselho escolar, *grêmios estudantis* e autonomia administrativa. (Brito, *op. cit.* e Oliveira, 2011).

Dentro de um conjunto democrático, os espaços correspondentes as ações são ocupadas por aqueles indivíduos que envolvidos no processo (corpo discente, docentes, equipe técnico-pedagógica e funcionário) a fim de reivindicar seus direitos e exercer sua capacidade de deliberação. Portanto, um espaço definido para o *grêmios estudantis* é essencial para a estruturação de uma escola democraticamente gerida.

5. Quanto aos grêmios e o protagonismo juvenil

Aprofundar a análise acerca dos grêmios é um esforço necessário para entender a construção de uma sociedade democrática, afinal, assim como destaca Luz (1998) a escola trata-se de um espaço, em que, os educandos têm muito a dizer, a criar e a agir e não somente a ouvir, aprender e reclamar.

De acordo com Scorsoline e Moura (2008); Gonzalez e Moura (2007) a criação dos grêmios estudantis surgem dentro da proposta do “protagonismo juvenil”, uma proposição que está balizada na construção de uma cultura cívica de responsabilidade social, baseada na ideia de se construir um corpo discente, que discuta e participe dos problemas da comunidade escolar, ou seja, estimulando o protagonismo juvenil e construção de uma cultura cívica.

Sendo assim, os jovens participantes de grêmios estudantis têm oportunidade de participar de ideias coletivas, liderança, articulação de ideias e pensamento crítico, além de democratizar a gestão das

² Ato Institucional n.º 5 (AI-5) cassou políticos e suspendeu o direito de habeas corpus gerando um aumento considerável na lista de mortos e desaparecidos políticos (Disponível em: <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/anistia/20anos.html>).

³ Lei de Diretrizes e Bases (1996) no Art. 3º, inciso VIII: “A gestão democrática da escola pública será uma das principais pautas básicas o ensino brasileiro.”

escolas. Ackerman (2011) define os OREs (“Organizações de representação estudantil”), “como as organizações estudantis que são *formais*, ou seja, que são 1) reconhecidas por lei pública como órgãos que *representam* os interesses dos estudantes na universidade; 2) tem seus próprios atos institucionais que definem a estrutura organizacional e modos de participação dos sócios; e 3) que tem um papel oficial na representação dos alunos nos órgãos decisórios.” (*op. cit.* p. 32)

Os grêmios são organizações estudantis escolhidas através de eleições intra escolares com o objetivo de participar das decisões e propor mudanças para a gestão escolar. Segundo o MEC (2004, *Apud.* Oliveira, 2011, p. 12), os grêmios têm por objetivo formar indivíduos participativos, críticos e criativos, que adquiram papel central, como mecanismo de participação política dos estudantes. Por fim, são dispositivos para incentivar o protagonismo juvenil.

6. Quanto aos espaços políticos

Como Castro (2013) destaca “apesar da natureza espacial da democracia, a reflexão ou mesmo a curiosidade sobre ela como teoria e como realidade empírica é estranhamente débil na geografia” (CASTRO, *op. cit.*, p. 25), visto que, temas como: políticas públicas, justiça social, gestão do território e Estado e poder são comuns, entretanto, a agenda geográfica se preocupou pouco em levantar e desvendar os espaços onde acontece a política.

Para iniciar o debate teórico faz-se necessário entender o que é essa política que estamos discutindo nos espaços de seu exercício. Recorremos a Arendt (2006) a autora parte do princípio que a política tem o dever de impedir que as decisões governamentais tenham qualquer inclinação emocional capaz afastá-la da desejável capacidade de escolha racional. Para a autora sem a política e sem uma instituição para governar a liberdade estaria extinta – isto é, com a extinção também do livre pensar e debater político, não há liberdade política. Portanto, a política de Arendt está proporcionalmente relacionada à liberdade, sem a liberdade não há a política.

Bonin (1998) acrescenta retomando a hipótese hobbesiana da passagem do Estado apolítico ao Estado político, em que os indivíduos renunciam ao direito de usar cada um a própria força, para confiar a um único corpo, que será o autorizado a deliberar em prol desse grupo. Sendo assim, para haver política é preciso que haja um ambiente de livre pensar e livre agir, além da isonomia entre os indivíduos, é preciso organização de um corpo para ordenar membros de um determinado grupo social, e, assim, legislar através de normas. A questão acerca dos espaços políticos é saber quais são os lugares onde essa política supracitada se desempenha.

Portanto, é levantar e analisar quais são os espaços apropriados e produzidos pela sociedade que possuem um estatuto de ocorrência da política (espaços como congressos, associação de moradores ou os grêmios) e seus rituais específicos – entendemos por ritual um conjunto de formalidades, incluindo: discursos, gestos, disposição espacial dos indivíduos em uma reunião.

Parkinson (*op. cit.*) recorda que uma das principais questões levantadas nos nossos tempos é a afirmação que a democracia não precisa mais necessariamente de um espaço físico. Visto que, com a tecnologia (como a internet e redes sociais) facilitariam a criação de fóruns virtuais. Entretanto, o autor ressalta que a função das tecnologias está associada a esfera pública – formação de opinião – já os espaços físicos têm importância para a performance democrática, logo entender esses espaços através de sua forma, função, seus modos de ocupação e uso perpassam pelo esforço de entender o funcionamento democracia.

Assim como Brito (*op. cit.*) reforça que os espaços nos quais os indivíduos exercem seus direitos democráticos, são fundamentais para mensurar o indício de uma sociedade democrática antes mesmo de número de representantes. Um espaço político pode ser compreendido por uma condição: a liberdade e a isonomia; um correlato direto: a agenda política; uma fundação: o ritual relacionado a cada espaço político específico e um conteúdo a participação política.

7. Considerações Finais

Partindo da compreensão que temos sobre os espaços políticos como aquele local em que se instalam um ambiente isonômico, ou seja, em que há equidade entre os indivíduos, além de serem qualificados pela incumbência de prescrever diretrizes para algum grupo e definem um programa de pautas a serem realizadas, concluímos que os grêmios estudantis do Colégio Pedro II, não se configuram na categoria de espaço político devido seu potencial de alcance pequeno, visto que, os espaços políticos são lugares onde a política em sentido amplo acontece para deliberar em nome da sociedade, contudo, eles podem ser caracterizados como laboratórios de espaços políticos.

Como comprovamos, todos os estudos de caso analisados possuem uma sala específica para seu funcionamento, o que garante certa autonomia por ser um espaço definido e delimitado para a equidade do corpo discente (apesar de ser resignado as regras superiores da instituição), ainda assim, fora da sala específica da agremiação os estudantes estão submetidos a uma hierarquia pré-estabelecida para com professores, coordenadores e funcionários no geral.

São laboratórios pois esses espaços são equipados por uma infra-estrutura similar aos espaços legislativos, contudo, em um ambiente controlado e gerido por uma instituição superior (a escola), o que permite ao alunado o ensaio, a experiência de votar e ser votado para representar um grupo social, gerir eventos e desenvolver debates que transcendem a realidade da agenda estritamente escolar, além da capacidade de influir na agenda da administração da escola, vide que o estatuto do CPII que garante representação do corpo discente no O Conselho Superior (Órgão máximo de caráter consultivo e deliberativo da instituição).

Entende-se por fim que construir uma sociedade republicana e democrática não é uma tarefa que se limita ao expediente jurídico/constitucional, trata-se de um projeto de sociedade, de uma *práxis* essencial em vários espaços cotidianos dessa sociedade, como por exemplo a escola e os grêmios estudais funcionando como parte desse processo de construção democrática.

8. Referências

ACKERMAN, Brian William. *A Geografia do Quarto Preceito: Espaços de Representação Estudantil nos Campi da Universidade da Flórida Central e a Universidade Federal do Rio de Janeiro*. 2011. 148p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Centro de Ciências Matemática e da Natureza (CCMN) – 2011.

ARENDT, Hannah. *O que é política?*. – 6º ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006. 240p.

Brasil. *Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional*. 9º ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014. 45p.

BONIN, Roberto. Política. In: BOBBIO, Norberto. (org.). *Dicionário de Política*. – 1º e.d. – Brasília: Editora Universidade de Brasileira, 1998. p. 954 – 962.

CASTRO, Iná Elias, RODRIGUES, Juliana Nunes e RIBEIRO, Rafael Winter. *Espaços da democracia: para a agenda da geografia política contemporânea*. – 1 ed. – Rio de Janeiro: Bertramd Brasil, Faperj, 2013.

Colégio Pedro II. Acesso: 20/07/2015 às 22:30 <<http://www.cp2.g12.br/>>.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *O protagonismo juvenil passo a passo*. Um guia para o educador. Belo Horizonte: Universidade, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à prática educativa*. Paz e Terra, 1996.

GONZALEZ, Jorge Luis Cammarano E MOURA, Marcilene Rosa Leandro. O grêmio estudantil na gestão da escola democrática: protagonismo e resiliência ou despolitização das práticas formativas? In: *XXIII - Simpósio Brasileiro, V Congresso Luso-Brasileiro e I Colóquio Ibero-Americano de Política e Administração Da Educação*. PORTO ALEGRE: ANPAE, 2007. v. 1. p. 1-10.

MARQUES, R.. Por uma perspectiva espacial da escola. In: *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, v. 3, p. 5-20, 2013.

OLIVEIRA, Thais Campos de. *Democracia na escola: o primeiro passo para a formação de cidadãos participativos*. 2011. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, São José dos Campos, 2011.

PARKINSON, John R. *Democracy and Public Space: The Physical Sites of Democratic Performance*. Oxford University Press, Nova Iorque: 2012.

SCORSOLINE, Ailton Bueno; MOURA, M. R. L. *Reformas educacionais dos anos 90 e a proposta de protagonismo juvenil no grêmio estudantil*. In: "VIII Jornada do Histedbr", 2008, SÃO CARLOS. VIII JORNADA DO HISTEDBR, 2008.